

A IMPLANTAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR E A MODERNIDADE DO ENSINO PRIMÁRIO EM FORTALEZA, NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Luiza Mikaelly Rocha Ponte

rluizamikaelly@yahoo.com.br

Francisca Rosângela Alves de Souza

rosangelaalves26@yahoo.com.br

Francisco Ari de Andrade

francisco.andrade@ufc.br

RESUMO

Esta pesquisa busca resgatar fontes documentais sobre a experiência escolar cearense na Primeira República. A presente investigação visa descobrir o itinerário de implantação do método pedagógico intuitivo, por via da criação e da implantação do Grupo Escolar Nogueira Accioly, na cidade de Fortaleza, como escola de modelo gradual. No Estado do Ceará, em 1905, o governo publicou o Regulamento da Instrução Primária, abrindo espaço para a reorganização da escola primária cearense nos moldes dos grupos escolares da cidade de São Paulo. Em 1907, veio a publicação do Regulamento dos Grupos Escolares do Estado do Ceará. Iniciava-se, assim, uma pretensão da política de educação em substituir, gradualmente, as escolas reunidas e as escolas isoladas por grupos escolares, para atender as demandas da escola primária cearense. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado um levantamento de documentos oficiais, junto ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

PALAVRAS-CHAVES: Grupo escolar – educação - ensino – aprendizagem – política

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no campo da história e historiografia educacional brasileira. Seu recorte temporal é a primeira década do século XX. Visa investigar a implantação dos primeiros grupos escolares cearenses, na primeira década da República.

Ao pretender a substituição do modelo de escolas reunidas e isoladas, remanescentes do Império, o governo republicano cearense publicaria dois documentos voltados para reorganização da educação primária no estado: o Regulamento da Instrução Primária, de 13 de março de 1905; o Regimento dos Grupos Escolares, de 07 de dezembro de 1906.

O estado do Ceará, amparado por tal suporte, demonstraria intenções no sentido de dar um caráter orgânico à educação primária, começando pela implantação dos grupos escolares na cidade de Fortaleza. Sob o pressuposto da pedagogia moderna, aquelas unidades de ensino inspiravam-se num modelo de racionalidade de gestão escolar e da padronização do ensino comum, favorável a uma escola laica e gratuita, de currículo homogêneo, cuja orientação da prática pedagógica era nutrida pelo método intuitivo. Nesse sentido, uma reforma de ensino primária foi esboçada na realidade cultural cearense, a partir de 1907.

A meta de tal investigação será compreender como se deu a dinâmica de implantação dos grupos escolares na cidade de Fortaleza, no período de 1907 a 1912. Para tanto, será necessário um levantamento de fontes documentais junto ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. Serão privilegiadas dentre as fontes primárias leis, decretos, regulamentos, jornais, programas de ensino, cadernos escolares, manuais e materiais didáticos, diário de sala, mapas de notas, avaliações, relatórios, decretos, despachos, licitações, orçamento, mensagens e similares.

Dentro de uma nova dimensão educacional, aquelas unidades de ensino público graduado deveriam simbolizar um modelo de modernização pedagógica, condizentes com as matrizes teóricas advindas do pensamento educacional marcado por práticas escolares advindas da Europa e dos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XIX:

O modelo de escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização nos moldes da escola graduada. Contratando com a escola unitária regida por um só professor, o grupo escolar logo se converteu em mais um dos símbolos de renovação do ensino primário no Estado de São Paulo e no Brasil. (Sousa, 2008, p.41)

Como se observa a partir de São Paulo os grupos escolares seriam modelos para todos os estados brasileiros seguirem as reformas do ensino primário.

O ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL

Considerados como projetos de educação primária, condizente com o ideário republicano, os grupos escolares foram sendo instituídos no Brasil, no início do século

XX, por força dos próprios governos estaduais. Em nenhum momento a União tomou para si tal iniciativa como política nacional de educação.

Embora os pareceres do ministro Rui Barbosa enfatizassem a necessidade de reorganização, orientação e controle político da escola primária no Brasil, tendo em vista sua simpatia ao método de ensino intuitivo, o governo federal tornou inalterada a legislação educacional advinda da época imperial, que transferia para as províncias as responsabilidades para com a educação elementar. Isso prevaleceu até a década de década de 1930, época em que, mediante a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, anunciam-se reformas nacionais de educação. Nesse sentido, até então, devido à ausência de uma legislação atualizada, prevaleceram às determinações do ato **adicional de 1834**, no tocante ao papel dos entes federativos na atenção dispensada para a educação primária e secundária.

Ao se fazer uma retrospectiva histórica sobre a educação primária no Brasil, verifica-se que por meio da Carta de Lei de 15 de outubro de 1827 as Províncias deviam criar escolas de primeiras letras, tanto para o sexo masculino, quanto para o sexo feminino. Podiam, ainda, fazer a nomeação e remoção de mestres, bem como a taxação de salários. As escolas de salas multisseriadas conduziam-se pela prática do ensino mútuo, conhecido como Método de Lancaster.¹ E zelariam pelos ensinamentos de leitura, da escrita, das quatro operações de aritmética, da prática dos quebrados, dos decimais e proporções, das noções mais gerais de geometria prática, da gramática da língua nacional e dos princípios de moral cristã. O cargo de **Diretor Geral dos Estudos** se destinava à fiscalização e acompanhamento das unidades de ensino em cada província. Cada Diretor prestaria contas com o governo provincial por meio de um relatório anual apresentando informações sobre a situação de matrícula e de aprendizagens dos alunos.

1

☐ **Método de Lancaster** nas escolas primárias. Método de ensino mútuo, modelo importado da Índia pela Inglaterra, para dinamização do processo ensino-aprendizagem de crianças no Brasil no século XIX.

Procurando dinamizar o processo de fiscalização das escolas de primeiras letras, o governo imperial sancionaria ainda a **Lei de Organização das Câmaras Municipais**, em 15 de outubro de 1827, elevando aquelas unidades legislativas à categoria de inspetora da educação primária e secundária no Brasil.

Ao final da primeira fase imperial, uma reforma na Constituição Imperial proporcionou a promulgação da Lei Geral de nº 16, em 12 de agosto de 1834, que passou para os anais da história como **Ato Adicional de 1834** que pelo art. 10º § 2º estabelecia a descentralização do ensino, porque atribuía às assembleias provinciais a incumbência pela promoção da educação elementar nas Províncias. Segundo Romanelli, “A descentralização ocorrida com o ato adicional de 1834, como já se disse, delegou às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. (1995, p.40)

De acordo com a legislação imperial o ensino de primeiras letras funcionava em classes multisseriadas, guiava-se pela prática do Método de Lancaster, em escolas avulsas, na maioria das vezes em salas improvisadas na casa do próprio (a) mestre (a) de ensino, desassistidas de material didático e orientação pedagógica, mesmo sendo tais profissionais nomeados (as) pelo governo e pagos pelo erário.

CONTEXTO DO OBJETO DA PESQUISA

Ao final do século XIX, juntamente com a Proclamação da República, foi anunciado um modelo de escola pública no Brasil, a partir da experiência de alguns estados, que coadunava com o que almejava o ideário republicano: a educação das camadas populares, como critério de civilização. Ao atingir às crianças, a instrução chegaria à família e assim, toda a sociedade, numa proposta nacionalista, científica, moral e higienizadora.

O Estado, sob o argumento da industrialização e do progresso da nação, passava a investir na formação de indivíduos que lhes fossem úteis e produtivos. Para tanto, edificações escolares são construídas, materiais didáticos são adquiridos, um novo método de ensino é instituído. Agora, professoras diplomadas pela Escola Normal e intelectuais liberais serão convocados pelos governos estaduais para pensar a implantação do novo modelo de escola primária. As diversas leis e decretos que iram ser instaurados pelo Brasil a

fora visavam a estabelecer ampliar a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário nos estados.

A instituição dos grupos escolares no Brasil não correspondeu a um projeto nacional de educação. Seguindo a tradição imperial, a iniciativa partiu dos governos estaduais. Segundo Saviani (2008, p.172), “o estado de São Paulo foi o pioneiro na criação daquele modelo de escola.” Inspirando-se nos modelos internacionais de escolas graduadas, a experiência paulista serviu de esteio ao projeto republicano e de modelo para as demais unidades federativas empreenderem suas reformas de organização do ensino primário. Assim, foi sendo instituída, por todo território, mas não de maneira uniforme, aquela nova cultura escolar, prevalecendo até o início da década de 1970, quando uma nova reforma nacional de ensino, por força da Lei 5.692/71, implantaria no sistema novas modalidades do ensino de 1º e 2º graus, revogando os grupos escolares. (Veiga, 2007, p.242).

PERCURSOS METODLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa é desenvolvida nas dependências do Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel - BPGMP. O prazo de desenvolvimento dessa investigação é o período 2010-2011. Para o desenvolvimento do referido estudo, é necessário uma intervenção meticulosa junto ao acervo das referidas instituições.

O trabalho está sendo desenvolvido por bolsistas de iniciação científica, sob a supervisão e coordenação do orientador da pesquisa. A referida pesquisa se insere no campo da história e memória da educação brasileira. Contribuindo com a história da educação cearense, na medida em que traz para a baila o processo de criação dos grupos escolares como política de educação do governo republicano cearense, no período de 1907-1912.

As etapas de desenvolvimento da pesquisa, que se dão de maneiras interligadas e convergentes entre si, obedecendo a um rigor metodológico inerente ao processo tendo em vista o cumprimento dos prazos da conclusão da pesquisa.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados nessa investigação compõem-se de uma câmara digital, blocos de anotações, portfólio digital, fichas digitais, lupas, canetas, CD-ROM regravável e um notebook.

PASSOS DA INVESTIGAÇÃO

Os passos da investigação obedecem a certos procedimentos, no trabalho de intervenção junto ao Arquivo Público. Tal critério visa à racionalidade do trabalho investigativo, como critério de dinamização e otimização do processo.

No primeiro momento, foi feito um levantamento das fontes primárias que existem no acervo dentro do recorte temporal eleito. Uma vez encontradas, delimitamos o território investigativo, demarcando o conjunto de documentos localizados que supostamente deram conta das perspectivas da pesquisa.

Em seguida, consideramos os achados que se enquadraram, apenas, no período delimitado de 1907 a 1912. A partir de então, fizemos uma catalogação por meio de uma leitura geral de cada documento encontrado. Os achados são agrupados em bloco, por ano de publicação. Cada documento é lido e identificado sua característica, seu conteúdo, numa ficha digital, de acordo com a sua natureza. Assim, separamos os decretos dos despachos, das mensagens, das licitações, dos ofícios, dos diários, dos mapas e assim sucessivamente.

Concluída tal etapa, veio a fase de leitura analítica de cada fonte. Nessa fase, o objetivo é identificar o teor da informação contida em cada publicação localizada. As informações serão retidas conforme o objeto da investigação.

Acredita-se que o trabalho de leitura dos documentos possibilite à localização de informações seguras favoráveis a montagem de uma compreensão concreta acerca da

criação dos grupos escolares. À leitura de cada fonte será acompanhada de uma tarefa de digitalização de informações, armazenadas em um portfólio digital.

Esgotada o manuseio das fontes identificadas, completar-se-á o portfólio digital. Será feita uma avaliação historiográfica do conteúdo catalogado no referido instrumento. A avaliação técnica do conteúdo vai permitir a construção de um índice digital contendo as principais fontes acerca dos grupos escolares na dinâmica educacional cearense, mais precisamente daquela experiência na cidade de Fortaleza. Ao final, elaborado do relatório da pesquisa, tal índice digital será publicado em CD-ROM e disponibilizado para a comunidade.

RESULTADOS ENCONTRADOS

Desde o início da pesquisa que se deu no mês de agosto/2010, conseguimos verificar até o presente momento em que estamos prosseguindo com a pesquisa a existência de documentos importantes, identificados em jornais da época que se encontram micro filmados na Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Dentre tais documentos estão o discurso de inauguração do Grupo escolar do então governador da época Nogueira Accioly, os contos da primeira diretora do grupo escolar, Ana Facó. Também foram localizadas informações sobre os exames de primários, contendo os nomes das professoras e dos alunos, lista de distribuição de prêmios as professoras.

Lembrando que o intuito dessa pesquisa é analisar o desenvolvimento histórico educacional no Ceará, buscando através de uma minuciosa investigação, provas de uma articulação positiva para melhor atender a educação cearense.

Apesar das dificuldades existentes no sistema de ensino cearense no início do século XX, não foram medidos os esforços para se implantar o primeiro Grupo escolar em Fortaleza.

Mesmo sendo o início da República Velha um período conturbado na História do Ceará, podemos observar, até aqui situações e leis que tentaram favorecer a transformação da Educação no Ceará, tais transformações podem ser comprovadas

através da investigação de documentos, em que continham orçamentos do presente grupo escolar estudado. Investimento que o então Governo Accioly fez para a compra do prédio e de material para composição do primeiro Grupo Escolar Nogueira Accioly em Fortaleza.

Toda essa preocupação com a compra de material escolar demonstra certo zelo para o que seria o grande investimento educacional. Vários foram os registros em relação ao grupo Nogueira Accioly. Todos datilografados em forma de relatórios destinados ao presidente da província.

Os relatórios eram feitos mensalmente contendo frequências de alunos, dias letivos e número de alunos matriculados. Todo era o cuidado tomado pela então Diretora Anna Facó, em manter a qualidade de ensino confiado a ela naquele grupo.

Através dessa pesquisa buscaremos uma melhor compreensão do desenvolvimento da educação no Ceará no início do século XX.

Todavia, as transformações na educação não somente no Ceará, mas em todo o país tiveram poucas articulações das autoridades. O que buscamos por meio da pesquisa realizada é trazer para discussão, a que rumo a educação tomou e se foram atingidas os seus objetivos.

A preocupação em saber como se deu o itinerário da educação é que nos leva a procurar incessantemente vestígios educacionais, que se destaquem o trabalho e a dedicação do professor assim observado em um dos relatórios citados pela Diretora do Grupo Nogueira Accioly.

A formação desse grupo fora outra preocupação do Governo Accioly, buscou o presidente na antiga escola Normal profissionais que tivessem melhor desempenho para assumir as funções de professores. Preocupado com a qualidade do grupo Escolar, deixou a responsabilidade para pessoas ilustres como José de Barcellos selecionar as melhores professoras já formadas da Escola Normal. Foram elas: Edith Borges como professora e Anna Facó destinada a direção do Grupo Nogueira Accioly.

O GRUPO NOGUEIRA ACCIOLY

O andamento da pesquisa nos mostrará quanto tempo durou as atividades do Grupo Nogueira Accioly e quais os resultados obtidos. O que obtivemos em relação à estrutura física do grupo, estava de acordo com o regimento dos grupos escolares que eram divididos em classes, pátio e sala para direção fazendo com que o prédio se tornasse bastante espaçoso para atividades das crianças.

Ao continuar com a pesquisa, encontramos uma ligação com a Escola Normal, pois era comum a formação corpo docente do grupo ser composta pelas ex-normalistas, principalmente as que mais se destacassem.

Era através de bons profissionais do qual se visava criar um estabelecimento de ensino que pudesse atender de forma favorável a educação infantil.

Não foram encontradas até o presente momento notas de alunos, apenas comentários sobre as crianças que se destacaram e que pelo mérito foram agraciadas com prêmios, uma espécie de homenagem destinadas as crianças que conseguiram êxito nas atividades feitas.

Fica aqui registrado a curiosidade em descobrir as principais contribuições para Pedagogia e se existiria alguma semelhança na didática utilizada no passado com a que é aplicada no presente.

Localizado na rua Formosa, o Grupo Escolar foi uma transformação para educação no Estado do Ceará. Tudo fora organizado com bastante cuidado desde a compra do prédio espaçoso, como o material escolhido pela autoridade, logo em seguida, foi a escolha dos profissionais que iriam assumir as atividades no grupo.

Outra preocupação seria a escolha de profissionais renomados que tenham tido um desenvolvimento educacional que de alguma forma tenham contribuído para educação no Ceará. Dentre eles estava José de Barcellos, que fora procurado para melhor indicar um professor para assumir a direção do Grupo Nogueira Accioly.

No meio desses profissionais dignos do estado estavam selecionadas as melhores alunas da escola Normal aqui mencionada. Foram elas: Edith Borges e Anna Facó, que assumiram com maestria as funções de professora e diretora do Grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste estudo, fizemos um mergulho no contexto histórico da educação cearense no início do século XX, o que nos permitiu apreender alguns de seus detalhes. Buscamos, aqui, investigar a organização do ensino e do magistério, no Ceará no início do século XX, a partir da análise das fontes encontradas. O período se caracteriza pelo forte debate sobre a necessidade de melhor organizar o setor educativo do estado e surge, assim, a criação dos Grupos Escolares.

O grupo Escolar Nogueira Accioly teve um período longo de atividades no cenário da educação no Ceará, no entanto deve-se salientar que o objetivo da presente pesquisa será analisar as mudanças no quadro educacional e se essas mudanças contribuíram para formação do aluno.

Importante lembrar que mesmo na mudança do Império para República em nada foram mudadas as ações para se melhorar o ensino no país mesmo com leis e regimentos em prol do campo educacional:

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a república foi uma revolução que abortou e que contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas. (Romannelli, 1995, p.43)

Os métodos utilizados eram os mesmos desde as salas multisseriadas ao método Lancaster. Isso prova que pouco mudou na educação, porém idéias surgiram a partir do momento em que se tentou implantar os grupos escolares. Refletir sobre educação é saber como foi elaborada as idéias sobre ela no passado e com isso buscar através de uma investigação as suas principais contribuições para com o presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processo de escolarização no Brasil. Algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, Maria Cristina (org.). Educação, memória e história. Possibilidades, leituras. Campinas,SP: Mercado das Letras, 2004.

Haidar, Ma de Lourdes M. e TANURI, Leonor Maria. A Evolução da escola básica no Brasil – Política e Organização. IN: Educação Básica. Políticas, Legislação e Gestão. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

MORAIS, Christianni Cardoso et al.(orgs.). História da educação. Ensino e pesquisa. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. Recife: Bagaço, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973). 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 267 p. ISBN 8532602452

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SIMIAND, François. Método histórico e Ciência Social. Bauru, SP:Edusc, 2003.

SOUSA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX. Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA PINTO. Instrução Pública Primária no Ceará. Regime Colonial – Regime Monárquico – Regime Republicano. Fortaleza: Revista do Instituto do Ceará, 1939.

VEIGA, Cintia Greive. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo et all. A pesquisa em história.2ª ed. São Paulo: àtica, 1991.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da história da educação. Em Aberto, Brasília, ano IX, n.47, jul. – set. 1990.

